



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

NÚCLEO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DE SANÇÕES

Telefones: (65) 3613-7564 / 7565

e-mail: sgat@tce.mt.gov.br

Ofício nº : 296/2018/NCCS

Ao Senhor

VANDER FERNANDES

Gestor à época do Fundo Estadual de Saúde

Rua das Graúnas, nº 486, Quadra nº 36, Lote nº 09 - Bairro Jardim Itália

CEP: 78075-882

Cuiabá – MT

Procuradores: **MAURICIO MAGALHÃES FARIA JÚNIOR – OAB/MT nº 9.839**

MAURICIO MAGALHÃES FARIA NETO – OAB/MT nº 15.436

JOÃO VITOR SCEDRYZK BRAGA – OAB/MT nº 15.429

Cuiabá, 03 de julho de 2018

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
MATO GROSSO

POSTAGEM

Postado no dia: 16/07/2018

Objeto: DA 15.267.117.90 BR

[Assinatura]
Assinatura

Prezado Senhor,

Conforme teor do Acórdão nº 6005/2013-TP, publicado no Diário Oficial de Contas – TCE/MT do dia 04/02/2014, processo nº 123617/2012, este Tribunal julgou Irregulares as Contas Anuais de Gestão do Fundo Estadual de Saúde relativas ao exercício de 2012, onde determinou a restituição solidária aos cofres públicos estaduais do valor de R\$8.799,33, a restituição individual aos cofres públicos estaduais do valor de R\$1.409.562,01 e aplicou-lhe a multa de 1000 UPFs/MT.

Foram constatados interposições de embargos de declaração nº 20630/2015, o qual foi provido por meio do Acórdão nº 2945/2014-TP, recurso ordinário nº 30074/2015 o qual não deu provimento por meio do Acórdão nº 468/2017-TP, e ainda, embargos de declaração nº 94412/2018 o qual foi negado provimento e imputada a multa de 10 UPFs/MT, por meio do Acórdão 159/2018-TP, publicado em 24/05/2018.

Diante do exposto, de acordo com a competência estabelecida na Portaria nº 030/2014, **notifico** Vossa Senhoria quanto ao seguinte:

– Determinação de **restituição solidária** de valores aos cofres públicos estaduais: Em consonância com a Resolução Normativa nº 02/2013-TCE/MT, o valor foi atualizado pelo índice de inflação oficial (IPCA) até a presente data, **totalizando R\$12.224,42, vencível em 06/08/2018**, devendo ainda ser corrigido monetariamente na data do efetivo recolhimento. Deverá ser encaminhado o comprovante de restituição, total ou parcelado, no prazo de 15 (quinze) dias após o prazo de vencimento;

– Determinação de **restituição individual** de valores aos cofres públicos estaduais: Em consonância com a Resolução Normativa nº 02/2013-TCE/MT, o valor foi atualizado pelo índice de inflação oficial (IPCA) até a presente data, **totalizando R\$1.958.223,29, vencível em 06/08/2018**, devendo ainda ser corrigido monetariamente na data do efetivo recolhimento. Deverá ser encaminhado o comprovante de restituição, total ou parcelado, no prazo de 15 (quinze) dias após o prazo de vencimento; e,

– Aplicação de **multa de 1010 UPFs/MT**: Deverá ser recolhida ao Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **vencível em 06/08/2018**. Será aplicado o fator de redução de 45% sobre o valor da UPF/MT vigente na data de sua quitação, conforme Resolução nº 07/2014. O respectivo boleto se encontra disponível no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas – www.tce.mt.gov.br/fundecontas. O recolhimento da multa por boleto bancário desobriga o responsável de sua comprovação. A multa poderá ser parcelada, desde que preencha os requisitos elencados no art. 290, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT.

Caso os débitos não sejam quitados, os autos serão encaminhados ao órgão competente para a propositura de execução judicial, nos termos dos arts. 293, *caput*, e 294, *caput*, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT (com redação dada pela Resolução Normativa nº 20/2010).

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

MARCIA ELIANA SILVA ESPIRITO SANTO

Coordenadora do Núcleo de Certificação e Controle de Sanções, em substituição legal